



**GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**SECRETARIA DA FAZENDA**



Fevereiro/2015

**Concurso Público para provimento de cargos de**  
**Analista do Tesouro Estadual**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'B02', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

0000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO

**PROVA OBJETIVA**

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**  
**(P2)**

## INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno contém 80 questões, numeradas de 1 a 80.  
Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.  
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

## VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

## ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira, marca-texto ou borracha durante a realização das provas.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora ou similar.
- A duração da prova é de 4 horas, para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (P2)****Administração Financeira e Orçamentária**

1. O orçamento é uma das principais peças de planejamento de políticas públicas. A sequência das etapas para a elaboração e execução do orçamento é denominada
- (A) ciclo orçamentário.
  - (B) desenvolvimento orçamentário.
  - (C) orçamento programa.
  - (D) técnica orçamentária.
  - (E) contabilidade orçamentária.
- 
2. Ao estudar o orçamento anual do Estado do Piauí, um Analista do Tesouro Estadual verificou que foram selecionados os objetivos a serem alcançados, bem como determinadas as ações para o alcance de tais fins. Tais aspectos evidenciam o atendimento ao princípio orçamentário da
- (A) clareza.
  - (B) exclusividade.
  - (C) universalidade.
  - (D) legalidade.
  - (E) programação.
- 
3. O Estado do Piauí entregou recursos de capital a outro ente da Federação a título de cooperação. Esse fato é denominado transferência voluntária, pois não decorreu de determinação constitucional ou legal e nem se referiu aos recursos destinados ao Sistema Único de Saúde. Nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, inclui-se, dentre as regras atinentes a esse tipo de repasse,
- (A) a utilização dos recursos pelo beneficiário ser livre.
  - (B) a vedação para o pagamento de despesas com pessoal ativo.
  - (C) a previsão orçamentária de contrapartida somente poder ser dispensada em caso de calamidade pública.
  - (D) o beneficiário comprovar o cumprimento do limite constitucional relativo à saúde ou à educação.
  - (E) a existência de, pelo menos, dotação genérica.
- 
4. Até mesmo um planejamento bem feito pode necessitar de alterações em razão de fatos supervenientes. Assim, as autorizações de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento são denominadas
- (A) despesas emergenciais.
  - (B) débitos contingentes.
  - (C) créditos adicionais.
  - (D) dotações não estimadas.
  - (E) reforço técnico-contábil.
- 
5. O Governo do Estado do Piauí promoveu licitação para a aquisição de cestas básicas destinadas à população carente, tendo os fatos ocorridos da seguinte forma:

FATOS	DATA
Publicação do edital de licitação	10/01/14
Empenhamento do total da despesa	10/03/14
Pagamento da primeira parcela (referente ao primeiro lote de cestas básicas)	10/04/14
Entrega do primeiro lote de cestas básicas	15/04/14
Entrega do segundo e último lote de cestas básicas	15/05/14
Pagamento da segunda e última parcela (referente ao segundo lote de cestas básicas)	10/06/14

Essa cronologia de fatos, permite inferir que

- (A) houve falha na fase de empenhamento, pois, mesmo tendo ocorrido a entrega das cestas básicas de forma parcelada, o empenho foi global.
- (B) o pagamento da primeira parcela foi legal, uma vez que o fornecedor tem o direito de receber primeiro da Administração e depois entregar o bem que foi adquirido, já que foi o vencedor da licitação.
- (C) houve falha na execução do planejado, uma vez que o empenhamento ocorreu de uma só vez, ao passo que o pagamento e a liquidação foram parcelados.
- (D) houve falha no pagamento da primeira parcela, pois realizado sem a regular liquidação.
- (E) houve falha no pagamento da segunda parcela, uma vez que sujeitou o fornecedor a entregar as cestas básicas antecipadamente.



6. As despesas públicas podem ser classificadas como correntes, quando não contribuem diretamente para a formação ou aquisição de um bem, e como de capital, quando são realizadas pelas instituições públicas para a criação/aquisição de bens de capital. Essa classificação é denominada
- (A) categorias econômicas.
  - (B) categorias de despesa.
  - (C) elementos de despesa.
  - (D) grupos de despesa.
  - (E) grupos econômicos.

7. Um Analista do Tesouro Estadual foi incumbido de efetuar uma apuração das despesas com pessoal do Governo do Estado do Piauí para fins de atendimento ao limite previsto na LRF, com base nos dados fornecidos no quadro a seguir:

DESPESAS	2012 (R\$)	2013 (R\$)
Ativos	100,00	110,00
Inativos e pensionistas	50,00	70,00
Gratificações	30,00	10,00
Horas extras	20,00	10,00
Encargos sociais	50,00	50,00
Decorrentes de decisões judiciais	50,00	350,00

A despesa total com pessoal em 2013, se comparada à ocorrida em 2012,

- (A) aumentou 100%.
  - (B) aumentou 50%.
  - (C) manteve-se igual.
  - (D) diminuiu 50%.
  - (E) diminuiu 10%.
8. As metas da Administração pública para as despesas relativas aos programas de duração continuada e as disposições sobre alterações na legislação tributária são, respectivamente, conteúdos atinentes
- (A) à Lei de Diretrizes Orçamentárias e ao Plano Plurianual.
  - (B) ao Plano Plurianual e à Lei de Diretrizes Orçamentárias.
  - (C) à Lei de Diretrizes Orçamentárias e à Lei Orçamentária Anual.
  - (D) à Lei Orçamentária Anual e à Lei de Diretrizes Orçamentárias.
  - (E) ao Plano Plurianual e à Lei Orçamentária Anual.
9. As transferências destinadas a cobrir despesas de custeio de entidades, inclusive de direito privado, subdividem-se em sociais e econômicas. Essas transferências denominam-se
- (A) auxílios.
  - (B) subvenções.
  - (C) contribuições.
  - (D) investimentos.
  - (E) transferências de capital.
10. Na elaboração e execução do orçamento, tanto a previsão como a arrecadação das receitas devem obedecer às fases previstas na Lei nº 4.320/64. Nesses termos, o ato da repartição competente que verifica a procedência do crédito fiscal e a pessoa que lhe é devedora e inscreve o débito desta é denominado
- (A) inscrição para o recolhimento.
  - (B) programação.
  - (C) preparação para o recolhimento.
  - (D) previsão.
  - (E) lançamento.
11. O Governo do Estado do Piauí decidiu alugar imóveis de sua propriedade. Em relação a um deles, os aluguéis não foram pagos. Ao final do exercício, o valor correspondente integrará
- (A) a dívida de contingência.
  - (B) os créditos dos exercícios anteriores.
  - (C) a dívida ativa não tributária.
  - (D) a dívida ativa tributária.
  - (E) a receita diferida contingencial.



12. O Governo do Estado do Piauí realizou operação de crédito junto a uma instituição financeira para o recapeamento de rodovias estaduais, contudo, isso não estava previsto originalmente no orçamento. Essa receita deve ser classificada como
- (A) extraorçamentária.
  - (B) infraorçamentária.
  - (C) paraorçamentária.
  - (D) orçamentária.
  - (E) orçamentária mista.
- 
13. O regime de adiantamento, também conhecido como suprimento de fundos, consiste na entrega de numerário a servidor, sempre precedida de prévio empenho, para a realização de despesas que não podem se subordinar ao processo normal de aplicação. Nos termos da Lei nº 4.320/64, o servidor estará impedido de receber numerário para essa finalidade se
- (A) estiver em estágio probatório.
  - (B) não ocupar cargo de chefia, assessoramento ou direção.
  - (C) já for responsável por um outro adiantamento.
  - (D) estiver em alcance.
  - (E) não for responsável por fundo especial de despesa.
- 
14. O Governo do Estado do Piauí incluiu no orçamento a previsão do pagamento de precatórios judiciais. Ao final da execução orçamentária, a parcela desses precatórios que não foi paga integrará, para fins de limite de endividamento,
- (A) a dívida flutuante.
  - (B) as operações de crédito.
  - (C) a dívida pública mobiliária.
  - (D) as despesas de exercícios anteriores.
  - (E) a dívida consolidada.
- 
15. Segundo estabelece a LRF, os percentuais de despesas com pessoal são apurados pela comparação do montante gasto a esse título com a receita corrente líquida, que deve ser apurada, excluídas as duplicidades, com base no período de
- (A) um mês.
  - (B) dois meses.
  - (C) três meses.
  - (D) seis meses.
  - (E) doze meses.
- 
16. Nos termos da LRF, a repartição dos limites globais de gastos com pessoal do Estado do Piauí considerará o Poder Legislativo (incluindo o Tribunal de Contas), o Poder Judiciário, o Poder Executivo e o Ministério Público do Estado e não poderá exceder, respectivamente, a
- (A) 3%, 6%, 49% e 2%
  - (B) 3%, 6%, 50% e 1%
  - (C) 2%, 6%, 49% e 3%
  - (D) 2%, 5%, 49% e 4%
  - (E) 3%, 5%, 50% e 2%
- 
17. O Governo do Estado do Piauí formalizou confissão de dívida perante a União. Nos termos da LRF, esse fato é equiparado a
- (A) operação de crédito.
  - (B) dívida ativa não tributária.
  - (C) despesas de exercícios anteriores.
  - (D) refinanciamento de dívida pública.
  - (E) dívida pública extraorçamentária.
- 
18. A LRF regulamentou a destinação de recursos para, direta ou indiretamente, cobrir necessidades de pessoas físicas ou débitos de pessoa jurídica, determinando que as condições para sua realização devem estar estabelecidas
- (A) na Lei Orçamentária Anual.
  - (B) no Plano Plurianual.
  - (C) na Lei de Diretrizes Orçamentárias.
  - (D) no Relatório Resumido da Execução Orçamentária.
  - (E) no Relatório de Gestão Fiscal.



19. Um Analista do Tesouro Estadual, durante os trabalhos de preparação da prestação de contas do Governador, se deparou com um demonstrativo de despesas, conforme segue:

1 – aquisição de imóveis
2 – aumento de capital de entidades financeiras
3 – aquisição de material permanente
4 – obras públicas
5 – aquisição de títulos representativos de capital de empresas em funcionamento

Dessas despesas, são classificadas como investimentos as de número

- (A) 1, 2 e 5.
- (B) 1, 2 e 4.
- (C) 2, 3 e 4.
- (D) 2, 3 e 5.
- (E) 3 e 4.

20. A fixação dos limites globais para o montante da dívida consolidada dos entes federativos, o que inclui o Estado do Piauí, compete

- (A) à Secretaria do Tesouro Nacional.
- (B) aos Tribunais de Contas.
- (C) ao Congresso Nacional.
- (D) ao Senado Federal.
- (E) à Câmara dos Deputados.

#### Finanças Públicas e Economia Brasileira

21. O sítio eletrônico do Tesouro Nacional define a dívida pública como aquela contraída pelo Governo para financiar o déficit orçamentário, incluindo o refinanciamento da dívida pública. Nos termos previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, a atualização monetária do principal da dívida pública refinanciada não poderá superar a variação do índice de preços previsto na legislação específica ou

- (A) na Lei Orçamentária Anual.
- (B) na Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- (C) no Plano Plurianual.
- (D) no Demonstrativo das Despesas por Função.
- (E) no Relatório Resumido da Execução Orçamentária.

22. A Constituição Federal veda a realização de operação de crédito que exceda o montante das despesas de capital, disposição conhecida como “Regra de Ouro”. A própria Constituição prevê uma exceção e as suas condições, desde que seja autorizada

- (A) por Decreto do Legislativo.
- (B) mediante crédito extraordinário.
- (C) mediante crédito suplementar ou especial.
- (D) por Decreto do Executivo.
- (E) por Lei Delegada.

23. Um dos pilares da boa política fiscal é o planejamento por meio da especificação de metas. Nos termos da LRF, se verificado que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado nominal ou primário, deverão ser adotadas medidas relacionadas

- (A) ao congelamento das contas públicas.
- (B) à flexibilização dos limites constitucionais para saúde e educação.
- (C) à flexibilização das regras para realização de operação de crédito.
- (D) à limitação de empenho e de movimentação financeira.
- (E) à utilização de recursos dos fundos de previdência.

24. A Secretaria da Fazenda do Governo do Estado do Piauí adquiriu uma geladeira. O processamento dessa despesa ocorreu da seguinte forma: empenhamento em 10/12/13; recebimento da geladeira em 30/12/13; pagamento da despesa em 10/01/14. A contabilização da aquisição da geladeira atendeu as normas previstas na Lei nº 4.320/64. Assim, essa despesa foi registrada em 31/12/13 como

- (A) dívida fundada.
- (B) restos a pagar com prescrição interrompida.
- (C) despesas de exercícios anteriores.
- (D) restos a pagar não processados.
- (E) restos a pagar processados.



25. Dentre os tipos de despesa pública está a obrigatória de caráter continuado. Nos termos da LRF, essa despesa fixa para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a
- (A) um exercício.
  - (B) dois exercícios.
  - (C) três exercícios.
  - (D) quatro exercícios.
  - (E) cinco exercícios.
- 
26. A LRF dedicou atenção especial à renúncia de receitas e estabeleceu regras rígidas para sua realização. Nesse sentido, durante a execução do orçamento do Governo do Estado do Piauí ocorreram os seguintes fatos: 1 – anistia; 2 – remissão; 3 – concessão de isenção em caráter geral; 4 – subsídio; 5 – cancelamento de débito cujo montante era inferior ao do respectivo custo de cobrança. Configuram renúncia de receita os eventos de número
- (A) 1, 3 e 5.
  - (B) 1, 2 e 5.
  - (C) 2, 3 e 4.
  - (D) 1, 2 e 4.
  - (E) 3, 4 e 5.
- 
27. A transparência das contas públicas ganhou força com o advento da LRF. Tanto isso é fato que essa lei foi alterada justamente para o aprimoramento das regras de transparência. Uma dessas modificações foi a exigência de disponibilização a qualquer pessoa física ou jurídica de dados quanto à despesa pública, que deve ocorrer
- (A) no momento de sua realização.
  - (B) em até 24 horas de sua realização.
  - (C) em até 48 horas de sua realização.
  - (D) em até 10 dias de sua realização.
  - (E) em até 30 dias de sua realização.
- 
28. Uma das funções do Analista do Tesouro Estadual é acompanhar e controlar as dívidas flutuantes e fundadas interna e externa do Estado do Piauí, devendo saber que integram a dívida fundada os
- (A) restos a pagar, processados e não processados.
  - (B) serviços da dívida a pagar, salvo os relacionados aos setores da educação e saúde.
  - (C) depósitos.
  - (D) débitos de tesouraria.
  - (E) compromissos de exigibilidade superior a doze meses para atender desequilíbrio orçamentário.
- 
29. Um dos principais instrumentos da transparência fiscal, que deve conter um comparativo com os limites relacionados às operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, e que deverá ser assinado pelo controle interno, é o
- (A) Demonstrativo de Receita e Despesa por categoria econômica.
  - (B) Anexo de Metas Fiscais.
  - (C) Anexo de Riscos Fiscais.
  - (D) Relatório de Gestão Fiscal.
  - (E) Relatório Resumido da Execução Orçamentária.
- 
30. Em razão das regras previstas na LRF para o planejamento público, é obrigatória a elaboração de um demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado. Esse demonstrativo é parte integrante do
- (A) Plano Plurianual.
  - (B) Relatório de Gestão Fiscal.
  - (C) Anexo de Metas Fiscais.
  - (D) Anexo de Riscos Fiscais.
  - (E) Relatório Resumido da Execução Orçamentária.



31. A teoria econômica utiliza o termo *trade-off* para explicar a tomada de decisões por parte das pessoas. Segundo a teoria, toda a decisão requer a comparação entre custos e benefícios dentre variadas possibilidades alternativas de ação. O *trade-off* enfrentado pelo agente econômico implica um custo
- (A) de oportunidade.
  - (B) marginal.
  - (C) de transação.
  - (D) de eficiência.
  - (E) de equidade.
- 
32. A teoria econômica define as estruturas de mercado de acordo com o grau de homogeneidade dos bens comercializados, o número de compradores e vendedores e sua influência sobre a quantidade transacionada de bens e serviços e os seus preços, e a presença de barreiras à entrada e saída etc. Nesse sentido, considere:
- I. os bens ofertados para a venda são homogêneos entre si.
  - II. um único comprador influencia o preço de mercado e a quantidade demandada do bem ou serviço.
  - III. um pequeno grupo dominante de vendedores determina a quantidade a ser ofertada no mercado.
  - IV. numerosos vendedores competem nesse mercado e buscam auferir provisoriamente lucros de monopólio por meio de diferenciações em relação a seus concorrentes, os quais conseguem copiar tais inovações com baixo custo após um curto período.
  - V. informações sobre as condições de mercado são completas e perfeitas.
- É correto afirmar, em relação aos itens acima, que
- (A) I e II refletem um mercado em concorrência monopolística e III reflete um oligopólio.
  - (B) I e V exprimem traços da concorrência perfeita; IV descreve adequadamente a concorrência monopolística.
  - (C) I, II e V representam um monopólio.
  - (D) I, III e IV descrevem um oligopsonio; IV e V delimitam, por sua vez, a concorrência perfeita.
  - (E) III, IV e V descrevem os mesmo tipo de mercado.
- 
33. A estática comparativa descreve os ajustamentos de preço e quantidades sofridos por um mercado em resposta a uma mudança em alguma das variáveis que afetam seu funcionamento. Partindo-se de uma posição inicial de equilíbrio entre o preço e a quantidade, um mercado atinge seu novo equilíbrio quando:
- I. um aumento autônomo da quantidade demandada desloca a curva de demanda para a direita, aumentando tanto o preço de equilíbrio quanto a quantidade de equilíbrio.
  - II. um acontecimento que reduza a quantidade ofertada desloca a curva de oferta para a esquerda, ocasionando a elevação do preço de equilíbrio e da quantidade de equilíbrio.
  - III. uma queda da renda dos consumidores diminui a quantidade demandada desloca a curva de demanda para a esquerda, de forma que tanto o preço de equilíbrio quanto a quantidade de equilíbrio aumentam.
  - IV. um aumento da quantidade ofertada a qualquer preço dado desloca a curva de oferta para a direita. O preço de equilíbrio diminui e a quantidade de equilíbrio aumenta.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I e II.
  - (B) II e III.
  - (C) II e IV.
  - (D) I e IV.
  - (E) III.



34. Conforme a teoria microeconômica, o conceito de elasticidade define a sensibilidade de uma variável dependente a mudanças em variáveis que influenciam o seu comportamento. No caso da demanda, variações no preço do bem e na renda do consumidor afetam a quantidade demandada do produto no mercado sob análise. Sobre o conceito da elasticidade é correto afirmar que a
- (A) elasticidade-renda da demanda pode ser positiva, nula ou negativa, ao passo em que a elasticidade-preço da demanda é sempre negativa (fora do módulo) devido à lei geral da demanda.
  - (B) demanda é sensível em relação ao preço quando a elasticidade – em módulo – é menor que 1, de modo que a quantidade varia proporcionalmente mais do que a mudança no preço.
  - (C) demanda é perfeitamente elástica ao preço quando a elasticidade-preço da demanda é igual a 0, de modo que a quantidade varia proporcionalmente mais do que o preço.
  - (D) demanda é perfeitamente inelástica à renda quando a elasticidade-renda da demanda converge ao infinito.
  - (E) demanda é elástica ao preço quando a elasticidade – em módulo – é menor que 1, de forma que a quantidade varia proporcionalmente menos do que o preço.
- 
35. Considere um diagrama no qual representa-se uma reta de demanda por um bem em um mercado qualquer. O preço do bem é medido no eixo y e a quantidade demandada, no eixo x. O intercepto da reta no eixo y é dado pelo ponto A. Admitindo-se que B representa o ponto de equilíbrio de mercado em que o preço P1 está associado a uma quantidade demandada Q1, encontramos o excedente do consumidor por meio da área do triângulo ABC. Portanto, quando o preço cai de P1 para P2, a quantidade demandada aumenta de Q1 para Q2, e o excedente do consumidor é dado pela área do triângulo ADE. Alternativamente, quando o preço sobe de P1 para P3, a quantidade demandada diminui de Q1 para Q3, e o excedente do consumidor é encontrado pela área do triângulo AFG. Sobre o excedente do consumidor é correto afirmar:
- (A) Uma queda do preço de mercado implica uma diminuição do excedente do consumidor (área BCGF) e se dá em parte porque os consumidores já existentes agora pagam menos e em parte porque novos consumidores entram no mercado ao preço mais baixo.
  - (B) Uma elevação do preço de mercado gera uma elevação do excedente do consumidor (área BCED) se dá em parte porque os consumidores já existentes agora pagam mais e em parte porque novos consumidores entram no mercado ao preço mais alto.
  - (C) Um aumento do preço de mercado gera uma redução no excedente do consumidor (área BCGF), em parte porque os consumidores já existentes agora pagam mais e em parte porque novos consumidores entram no mercado ao preço mais alto.
  - (D) Um aumento do preço de mercado gera uma redução no excedente do consumidor (área BCGF) porque demanda se tornou mais elástica em relação à renda.
  - (E) A queda do preço de mercado implicará uma diminuição do excedente do consumidor (área BCED) proporcionalmente maior quanto menor for a elasticidade-preço da demanda por esse bem.
- 

36. A taxa de crescimento do produto potencial da economia pode ser calculada com base na metodologia da função de produção. Assim, a função de produção é dada como:

$$Y_t = A_t F(u_t K_t, H_t L_t)$$

Onde:

Y é o produto agregado; A é a produtividade total de fatores; u é o índice de utilização da capacidade instalada; K é o estoque de capital físico disponível na economia; H é o capital humano por trabalhador e L é o número de horas trabalhadas.

$uK$  pode ser definido como sendo o total de

- (A) serviços produtivos do capital utilizado na produção.
- (B) atividades produtivas do capital humano disponível.
- (C) utilização do capital fixo na formação bruta da produção.
- (D) produtividade da capacidade instalada no produto agregado.
- (E) elasticidade do produto em relação ao capital fixo disponível.



37. Refere-se à Contabilidade Nacional:

- I. O balanço de pagamentos, o qual registra o movimento financeiro externo de um país e suas relações com os demais países.
- II. O orçamento público federal e também o orçamento público nos estados e municípios apresentam os dados relativos às receitas e despesas de cada um dos níveis de governo de um país.
- III. As contas operacionais correspondem aos fatos geradores de recebimentos, deduzidas as transferências de recursos ao exterior. A conta de caixa registra o movimento dos meios de pagamento internacionais à disposição do país.
- IV. As receitas da União, do Distrito Federal, Estados e Municípios são os impostos, as taxas e contribuições recebidos, descritos no Código Tributário Nacional – CTN e em leis Complementares. As despesas são todos os gastos públicos efetivamente pagos de conformidade com o previsto no orçamento público.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II e III.
- (D) II e IV.
- (E) III.

38. De acordo com as contas do Balanço de Pagamentos, a Necessidade de Financiamento Externo – NFE é obtida por meio

- (A) do saldo da conta capital menos o saldo da conta financeira.
- (B) do saldo da balança comercial menos empréstimos ao exterior de residentes no país de origem.
- (C) do saldo da conta de transações correntes líquido dos investimentos estrangeiros diretos.
- (D) das rendas de serviços não fatores menos investimento estrangeiro em carteira.
- (E) das transferências unilaterais menos empréstimo intercompanhia.

39. Considere que a condição de equilíbrio da relação Dívida Pública/PIB, seja igual a fórmula:

$$h = d \cdot [(i - y) / (1 + y)] - s$$

Onde:

h = superávit primário do setor público, expresso como proporção do PIB

d = relação Dívida Pública/PIB

y = taxa de variação nominal do PIB

i = taxa nominal de juros

s = relação de senhoriagem/PIB

Essa fórmula indica que, em termos algébricos, o superávit primário como proporção do PIB, requerido para estabilizar a relação dívida/PIB, é uma função

- (A) inversa da própria relação dívida/PIB e da taxa de juros nominal e uma função direta do crescimento nominal da economia e da senhoriagem negativa.
- (B) direta da própria relação dívida/PIB e da taxa de juros real e uma função inversa do crescimento nominal da economia e da razão senhoriagem negativa.
- (C) direta da própria relação dívida/PIB e da taxa de juros nominal e uma função inversa do crescimento nominal da economia e da razão senhoriagem/PIB.
- (D) inversa da própria relação dívida/PIB e da taxa de juros nominal e uma função direta do crescimento nominal da economia e da razão senhoriagem/PIB.
- (E) inversa da própria relação dívida/PIB e da taxa de juros real e uma função direta do crescimento nominal da economia e da senhoriagem negativa.



40. Considere a elasticidade-preço da demanda e da oferta de um bem qualquer e as formas de incidência tributária na economia de um país:
- I. Quando a oferta de um bem é mais elástica à variação do preço do que a demanda (preço-inelástica), a incidência tributária recai mais pesadamente sobre os produtores do que sobre os consumidores.
  - II. Quando a oferta de um bem é mais elástica à variação do preço do que a demanda (preço-inelástica), a incidência tributária recai mais pesadamente sobre os consumidores do que sobre os produtores.
  - III. Quando a demanda por um bem é mais elástica à variação do preço do que a oferta (preço-inelástica), a incidência tributária recai mais pesadamente sobre os consumidores do que sobre os produtores.
  - IV. Quando a demanda por um bem é mais elástica à variação do preço do que a oferta (preço-inelástica), a incidência tributária recai mais pesadamente sobre os produtores do que sobre os consumidores.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II e III.
- (D) II e IV.
- (E) I e IV.

#### Contabilidade Geral

41. A Cia. Piauí S.A. possuía em 30/06/2014 a seguinte situação patrimonial:

– Caixa e Equivalentes de Caixa: .....	R\$ 50.000,00
– Duplicatas a Receber de Clientes: .....	R\$ 120.000,00
– Adiantamentos a Fornecedores: .....	R\$ 25.000,00
– Fornecedores a pagar: .....	R\$ 60.000,00
– Adiantamentos de Clientes: .....	R\$ 35.000,00
– Capital Social: .....	R\$ 100.000,00

Durante o mês de julho de 2014 a Cia. Piauí S.A. realizou as seguintes operações:

Data	Operação
03/07/14	Recebimento das mercadorias pagas anteriormente a fornecedores no valor de R\$ 25.000,00.
07/07/14	Venda de estoque por R\$ 65.000,00, recebendo 50% à vista e o restante para ser recebido em 10/08/2014, sem juros. O custo das mercadorias vendidas foi R\$ 18.000,00 e os tributos incidentes sobre a venda foram R\$ 11.000,00 para serem pagos em agosto de 2014.
10/07/14	Pagamento a fornecedores no valor de R\$ 20.000,00.
15/07/14	Aumento de capital social, no valor de R\$ 30.000,00, com um terreno.
22/07/14	Compra de estoques no valor de R\$ 15.000,00, à vista.
24/07/14	Entrega das mercadorias ao cliente, referentes ao recebimento antecipado no valor de R\$ 35.000,00. O custo das mercadorias entregues foi R\$ 12.000,00 e os tributos incidentes sobre a venda foram R\$ 6.000,00, para serem pagos em agosto de 2014.
31/07/14	Recebimento de duplicatas a receber de clientes no valor de R\$ 50.000,00.

Após o registro das operações acima, o valor total do ativo da Cia. Piauí S.A. em 31/07/14 era, em reais,

- (A) 240.000,00
- (B) 265.000,00
- (C) 223.000,00
- (D) 275.000,00
- (E) 258.000,00



42. A Cia. Vende a Prazo S.A. apresentava em seu Balanço Patrimonial de 31/12/2013 os seguintes saldos relativos às suas vendas a prazo:

- Duplicatas a Receber de Clientes: R\$ 500.000,00
- Estimativa para Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa (EPCLD): R\$ 25.000,00

Em fevereiro de 2014, a Cia. Vende a Prazo S.A. foi informada de que um importante cliente não tinha condições de saldar a sua dívida no valor de R\$ 20.000,00 que foi considerada incobrável.

Ao reconhecer este evento, a Cia. Vende a Prazo S.A.

- (A) reduziu o saldo total do Ativo.
- (B) reconheceu uma Perda com Clientes no resultado do período.
- (C) creditou a conta EPCLD e debitou o Resultado do período.
- (D) reduziu o Patrimônio Líquido.
- (E) reduziu o saldo de Duplicatas a Receber de Clientes.

---

43. Considere as seguintes aquisições realizadas pela Cia. Ativa S.A.:

Ativo 1 – Aquisição de um imóvel para ser utilizado em suas atividades. Após 5 meses da data da aquisição o imóvel sofreu uma valorização de 40%, em função de obras realizadas no entorno.

Ativo 2 – Aquisição de uma Marca cuja vida útil é indeterminada.

Ativo 3 – Aquisição de 40% das ações ordinárias da Cia. Acionária com o objetivo de diversificar suas atividades, passando a ter influência na administração da investida, sem deter controle.

Em relação aos critérios de mensuração dos respectivos ativos, é correto afirmar que, após a mensuração inicial, o ativo

- (A) 1 é mensurado pelo valor atualizado de mercado (valor justo) menos a depreciação acumulada.
- (B) 2 é mensurado pelo custo de aquisição, menos a amortização acumulada.
- (C) 3 é mensurado por equivalência patrimonial por ser considerada controlada.
- (D) 2 é mensurado pelo custo de aquisição menos a perda por desvalorização acumulada (“*impairment*”).
- (E) 3 é mensurado pelo custo de aquisição e atualizado pelos dividendos recebidos.

---

44. Considere as seguintes informações:

- A Cia. Gama produz equipamentos especiais para revenda, cujo prazo de produção é 18 meses.
- A Cia. Beta adquiriu equipamentos para revenda, sendo que o prazo médio de estocagem até a venda é de 90 dias.
- A Cia. Industrial adquiriu equipamentos para utilizá-los em seu processo produtivo.
- A Cia. Alfa adquiriu o direito de usar a marca da Cia. Gama por 10 anos.

Os equipamentos no Balanço Patrimonial da Cia. Gama, da Cia. Beta e da Cia. Industrial e o direito adquirido no Balanço Patrimonial da Cia. Alfa foram classificados, respectivamente, no ativo

- (A) circulante, não circulante, não circulante e não circulante.
- (B) circulante, circulante, não circulante e não circulante.
- (C) não circulante, circulante, não circulante e circulante.
- (D) circulante, circulante, não circulante e circulante.
- (E) não circulante, circulante, não circulante e não circulante.



45. A Cia. Piauiense é uma empresa comercial. As seguintes informações, referentes ao ano de 2014, são conhecidas sobre ela:

- Receita de Vendas: R\$ 1.000.000,00
- Impostos sobre vendas: R\$ 180.000,00
- Custo das Mercadorias Vendidas: R\$ 430.000,00

Sabendo que não havia estoques iniciais, que todo estoque adquirido em 2014 foi vendido e que os impostos recuperáveis incluídos no valor total dos produtos adquiridos em 2014 foram de R\$ 64.000,00, o Valor Adicionado Gerado pela Cia. Piauiense em 2014 foi, em reais,

- (A) 1.000.000,00
- (B) 570.000,00
- (C) 506.000,00
- (D) 390.000,00
- (E) 454.000,00

46. Durante o ano de 2013 uma empresa realizou duas aplicações financeiras e os valores e as condições negociadas em cada uma são apresentados a seguir:

Data da aplicação	Valor aplicado	Taxa de juros	Data de vencimento	Classificação dos títulos pela empresa
01/12/2013	R\$ 60.000,00	2,0% a.m.	01/08/2014	<i>Destinados para venda imediata</i>
	R\$ 35.000,00	2,3% a.m.	01/10/2015	<i>Mantidos até o vencimento</i>

O valor justo destes títulos em 31/12/2013 eram:

Classificação dos títulos pela empresa	Valor justo em 31/12/2013
<i>Destinados para venda imediata</i>	R\$ 64.000,00
<i>Mantidos até o vencimento</i>	R\$ 36.200,00

Os valores que deveriam ser evidenciados pela empresa no Balanço Patrimonial de 31/12/2013 para os títulos *Destinados para venda imediata* e para os títulos que serão *Mantidos até o vencimento* são, respectivamente, em reais:

- (A) 64.000,00 e 36.200,00
- (B) 61.200,00 e 35.805,00
- (C) 64.000,00 e 35.805,00
- (D) 61.200,00 e 36.200,00
- (E) 60.000,00 e 35.000,00

47. Em 30/09/2012, uma empresa adquiriu mercadorias para revenda pelo valor de R\$ 800.000,00. A empresa ficou responsável pela retirada das mercadorias no depósito do fornecedor e incorreu em gastos com frete no valor total de R\$ 3.000,00 e também em gastos no valor de R\$ 2.000,00 pela contratação de um seguro contra roubo das mercadorias durante o transporte do depósito do fornecedor até o seu depósito.

Sabe-se que, em 20/11/2012, a empresa vendeu 90% do lote de mercadorias que havia comprado em 30/09/2012 pelo valor de R\$ 850.000,00. O valor do Estoque referente a este lote evidenciado no Balanço Patrimonial de 31/12/2012 foi, em reais:

- (A) 80.000,00
- (B) 80.300,00
- (C) 80.200,00
- (D) 80.500,00
- (E) 85.000,00



48. Em 30/09/2013, uma empresa obteve um empréstimo no valor de R\$ 200.000,00 que será liquidado integralmente (principal e juros) em 30/09/2016. A taxa de juros compostos contratada foi 1% ao mês e o saldo do empréstimo é corrigido por um índice de preços que variou 3% entre a data da obtenção do empréstimo e a data de 31/12/2013. Considere que os meses são de 30 dias corridos.

O valor contábil evidenciado no Balanço Patrimonial de 31/12/2013 deste empréstimo foi, em reais:

- (A) 206.000,00
- (B) 212.242,01
- (C) 212.180,00
- (D) 272.000,00
- (E) 280.160,00

49. As transações de compra e venda de uma determinada mercadoria realizadas por uma empresa, durante o ano de 2013, são apresentadas, em ordem cronológica, no quadro a seguir:

Data	Transação
18/02	Compra de 100.000 unidades ao preço unitário de R\$ 2,00.
10/04	Pagamento de frete pela compra efetuada em 18/02 no valor total de R\$ 20.000,00.
20/06	Compra de 100.000 unidades ao preço unitário de R\$ 2,40.
30/07	Venda de 100.000 unidades pelo valor total de R\$ 60.500,00.
20/08	Devolução de 10.000 unidades da compra efetuada em 18/02 por não atenderem às especificações.
18/10	Concessão de um abatimento de R\$ 500,00 na venda realizada em 30/07.

Sabendo-se que a empresa não mantinha estoque da mercadoria no início do ano de 2013 e que adota o Método da Média Ponderada Móvel para a avaliação do estoque, o valor evidenciado para a conta Estoque no Balanço Patrimonial de 31/12/2013 foi, em reais:

- (A) 210.000,00
- (B) 220.000,00
- (C) 200.000,00
- (D) 230.000,00
- (E) 209.500,00

50. Uma máquina foi adquirida pelo valor de R\$ 10.000.000,00 em 02/01/2012. A empresa definiu que a máquina seria utilizada por 10 anos e o valor residual esperado no final deste prazo era R\$ 1.000.000,00. Sabendo-se que a empresa adotou o método das quotas constantes para a determinação da depreciação e que optou por vender a máquina no dia 30/06/2014 por R\$ 8.000.000,00, o resultado apurado na venda da máquina que será evidenciado na Demonstração do Resultado de 2014 será, em reais:

- (A) 500.000,00 (positivo)
- (B) 1.000.000,00 (negativo)
- (C) 1.250.000,00 (positivo)
- (D) 250.000,00 (positivo)
- (E) 2.000.000,00 (negativo)



51. Em 30/09/2012, uma empresa adquiriu veículos pelo valor de R\$ 180.000,00. Todos os veículos têm vida útil econômica de 5 anos para a empresa e o valor residual estimado para todos os veículos, em conjunto, no final do 5º ano é R\$ 30.000,00. A empresa adota o método das quotas constantes para o cálculo da despesa mensal de depreciação. No final de 2012, a empresa realizou o teste de recuperabilidade do custo ("impairment") para os bens do ativo imobilizado e identificou os valores disponíveis, conforme a tabela a seguir, referentes aos veículos adquiridos em 30/09/2012:

Data	Valor Justo	Valor em uso
31/12/2012	R\$ 155.000,00	R\$ 170.000,00

O valor contábil dos veículos, considerados em conjunto, evidenciado no Balanço Patrimonial de 31/12/2012 foi, em reais:

- (A) 172.500,00  
(B) 180.000,00  
(C) 155.000,00  
(D) 170.000,00  
(E) 171.000,00
- 
52. A empresa Italiana S.A. apresentava em seu Balanço Patrimonial de 31/12/2012 os seguintes saldos em contas específicas de investimentos em outras empresas:

- Investimento na Empresa Roma = R\$ 300.000,00
- Investimento na Empresa Milão = R\$ 40.000,00

O investimento na Empresa Roma é avaliado pelo Método da Equivalência Patrimonial e o investimento na Empresa Milão é avaliado pelo Método de Custo. Durante o ano de 2013, a empresa Italiana S.A. recebeu os seguintes valores de dividendos:

- Da Empresa Roma = R\$ 20.000,00
- Da Empresa Milão = R\$ 5.000,00

A empresa Italiana S.A. detém uma participação de 60% na Empresa Roma e de 5% na Empresa Milão e os resultados líquidos apurados pelas duas empresas, em 2013, foram os seguintes:

Empresa	Lucro Líquido em 2013
Roma	R\$ 50.000,00
Milão	R\$ 20.000,00

Os valores correspondentes ao Investimento na Empresa Roma e ao Investimento na Empresa Milão que devem ser evidenciados no Balanço Patrimonial individual da empresa Italiana S.A. de 31/12/2013 são, respectivamente, em reais:

- (A) 330.000,00 e 35.000,00  
(B) 310.000,00 e 41.000,00  
(C) 330.000,00 e 36.000,00  
(D) 310.000,00 e 36.000,00  
(E) 310.000,00 e 40.000,00
- 
53. O valor total do Patrimônio Líquido de uma empresa constituída na forma de sociedade por ações, em 31/12/2012, era R\$ 2.720.000,00. O valor do Capital Social Realizado registrado era R\$ 1.900.000,00, a Reserva Legal constituída até esta data totalizava R\$ 360.000,00 e não havia Reserva de Capital.

O lucro líquido obtido pela empresa, em 2013, foi R\$ 760.000,00 e a empresa não constituiu nenhuma reserva além da estabelecida por lei (Reserva Legal). Sabendo-se que o estatuto social da empresa previa a distribuição de 40% do lucro passível de distribuição (Lucro Líquido diminuído da Reserva Legal constituída no período), os valores da Reserva Legal e do Patrimônio Líquido evidenciados no Balanço Patrimonial de 31/12/2013 foram, respectivamente, em reais:

- (A) 398.000,00 e 3.191.200,00  
(B) 380.000,00 e 3.191.200,00  
(C) 398.000,00 e 3.184.000,00  
(D) 398.000,00 e 1.667.200,00  
(E) 380.000,00 e 3.184.000,00



54. Os Balanços Patrimoniais da Empresa Internacional S.A. em 31/12/2012 e 31/12/2013 e a Demonstração do Resultado para o ano de 2013 são apresentados a seguir (valores em reais):

Balanços Patrimoniais	31/12/2012	31/12/2013
<b>Ativo Circulante</b>	<b>176.000</b>	<b>118.000</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	31.000	21.000
Clientes	150.000	100.000
(-) E.P.C.L.D.(*)	( 5.000)	( 3.000)
<b>Ativo Não Circulante</b>	<b>50.000</b>	<b>125.000</b>
Investimentos	-	50.000
Veículos	100.000	80.000
(-) Depreciação Acumulada	( 50.000)	( 5.000)
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>226.000</b>	<b>243.000</b>
<b>Passivo Circulante</b>	<b>20.000</b>	<b>50.000</b>
Fornecedores	20.000	50.000
<b>Passivo Não Circulante</b>	<b>100.000</b>	<b>80.000</b>
Empréstimos	100.000	80.000
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>106.000</b>	<b>113.000</b>
Capital Social	100.000	140.000
Lucros Acumulados	6.000	( 27.000)
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>226.000</b>	<b>243.000</b>

Demonstração do Resultado – 01/01/2013 a 31/12/2013	
Receitas Líquidas de Vendas	400.000
(-) Custo das Mercadorias Vendidas	(200.000)
<b>(=) Resultado Bruto</b>	<b>200.000</b>
(-) Despesas Operacionais	
Salários	(145.000)
Aluguel	( 70.000)
Energia Elétrica	( 30.000)
E.P.C.L.D.(*)	( 3.000)
Depreciações	( 10.000)
(-) Despesas Financeiras	( 10.000)
(+) Outras Receitas e Despesas	
Lucro na venda de veículos	35.000
<b>(=) Resultado Líquido do Período</b>	<b>( 33.000)</b>

(\* ) E.P.C.L.D.= Estimativa de Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa

**Informações Adicionais:**

- Os investimentos são avaliados pelo Método de Custo.
- Todos os veículos existentes em 31/12/2012 foram vendidos em 30/06/2013. A taxa de depreciação destes bens era 10% ao ano.
- O aumento de capital foi efetuado com a entrega de veículos no valor de R\$ 20.000,00 e o restante em dinheiro.
- Os empréstimos existentes em 31/12/2012 foram integralmente pagos em 01/01/2013.
- As despesas financeiras são pagas no próprio período a que competem. A empresa classifica os pagamentos de juros como operacionais.

O valor correspondente ao caixa gerado pelas Atividades Operacionais no ano de 2013 foi, em reais:

- (A) 20.000,00
- (B) 25.000,00
- (C) 55.000,00
- (D) 50.000,00
- (E) 17.000,00



55. O valor do Patrimônio Líquido da Cia. Bons Negócios, em determinada data, era R\$ 36.000.000,00 e o valor justo líquido dos seus ativos e passivos identificáveis era, na mesma data, R\$ 45.000.000,00. A Cia. Investidora adquiriu, nesta data, 60% das ações da Cia. Bons Negócios por R\$ 33.000.000,00.

Sabendo que a Cia. Investidora passou a deter o controle da Cia. Bons Negócios e que a participação dos não controladores é mensurada pela parte que lhes cabe no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da Cia. Bons Negócios, os valores reconhecidos no grupo Investimentos (no balanço individual da Cia. Investidora) e no grupo Intangíveis (no balanço consolidado) foram, respectivamente, em reais:

- (A) 21.600.000,00 e 11.400.000,00
- (B) 33.000.000,00 e 6.000.000,00
- (C) 33.000.000,00 e 11.400.000,00
- (D) 27.000.000,00 e 0,00 (zero)
- (E) 27.000.000,00 e 18.000.000,00

---

### Contabilidade Aplicada ao Setor Público

56. Com relação aos princípios de contabilidade sob a perspectiva do setor público, considere:

- I. O Princípio da Entidade se afirma, para o ente público, pela autonomia e responsabilização do patrimônio a ele pertencente.
- II. O Princípio da Continuidade da entidade pública, entre outros, está vinculado ao estrito cumprimento da finalidade de interesse público, a aplicação das receitas arrecadadas no atendimento das necessidades sociais e a geração de lucro ou superávit destinado à manutenção da entidade.
- III. O Princípio da Prudência determina que as estimativas de valores que afetam o patrimônio devem refletir a aplicação de procedimentos de mensuração que prefiram montantes, menores para ativos, entre alternativas igualmente válidas, e valores maiores para passivos.
- IV. O Princípio da Oportunidade é base indispensável à integridade e à fidedignidade dos processos de reconhecimento, mensuração e evidenciação da informação contábil, dos atos e dos fatos que afetam ou possam afetar o patrimônio da entidade pública, observadas as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.
- V. O Princípio da Competência determina que os efeitos das transações e outros eventos sejam reconhecidos nos períodos a que se referem, desde que o recebimento ou pagamento ocorra no exercício financeiro do fato gerador.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, III e IV.
- (B) II, IV e V.
- (C) III e V.
- (D) I, II e IV.
- (E) II e V.

---

57. Acerca dos orçamentos previstos na Constituição Federal, é correto afirmar que

- (A) o início de programas ou projetos não incluídos na Lei Orçamentária Anual é permitido somente para as despesas realizadas por emergência, com prazo não superior a 180 dias.
- (B) a lei de gestão fiscal, no âmbito estadual, compreenderá o orçamento fiscal e o da seguridade social da Administração direta.
- (C) a lei que autorizar a abertura de créditos especiais terá validade somente no exercício financeiro em que os créditos forem abertos.
- (D) o Poder Executivo publicará, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária.
- (E) a Lei Orçamentária Anual poderá conter autorização para abertura de créditos especiais e extraordinários e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.



**Instruções:** Para responder às questões de números 58 a 60, considere a execução orçamentária, nos termos da Lei Federal nº 4.320/64, e as informações a seguir:

Na lei orçamentária de determinado Estado da região Nordeste do Brasil, para o exercício de 2014, consta a autorização de despesa na dotação orçamentária “serviços de conservação e manutenção de bens imóveis”, no valor de R\$ 450.000,00. No mês de fevereiro de 2014, foi contratada a empresa DB e Serviços Ltda. para realização dos serviços. Ao final do exercício de 2014, a execução orçamentária da referida dotação apresentava a seguinte situação:

– Despesa empenhada .....	R\$ 390.000,00
– Despesa liquidada (processada) .....	R\$ 310.000,00
– Despesa paga .....	R\$ 240.000,00
– Anulação parcial da referida dotação .....	R\$ 40.000,00

58. A despesa empenhada para a realização dos serviços de conservação e manutenção de bens imóveis, sob o aspecto orçamentário, classifica-se no elemento de despesa denominado

- (A) despesas de capital.
- (B) investimentos.
- (C) outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica.
- (D) despesas imobiliárias.
- (E) despesas patrimoniais.

59. O valor inscrito em restos a pagar processado e não processado soma, respectivamente, em reais,

- (A) 150.000,00 e 70.000,00
- (B) 70.000,00 e 80.000,00
- (C) 150.000,00 e 40.000,00
- (D) 110.000,00 e 70.000,00
- (E) 70.000,00 e 40.000,00

60. O saldo da dotação de serviços de conservação e manutenção de bens imóveis, ou seja, o valor da economia orçamentária foi, ao final do exercício de 2014, em reais,

- (A) 60.000,00
- (B) 140.000,00
- (C) 210.000,00
- (D) 80.000,00
- (E) 20.000,00

**Instruções:** Para responder às questões de números 61 e 62, considere as informações a seguir:

No mês de março de 2015, o Secretário da Fazenda do Estado do Cerrado do Norte solicitou ao setor de contabilidade que procedesse a reserva de recursos orçamentários, no valor de R\$ 60.000,00, destinados à aquisição de vinte computadores para o departamento de rendas mobiliárias.

61. O contador chefe manifestou-se, informando que na lei orçamentária para o exercício de 2015 não consta dotação orçamentária específica para a aquisição de computadores. Assim, deve o Poder Executivo, nos termos da Lei Federal nº 4.320/1964, abrir um crédito adicional

- (A) suplementar.
- (B) ordinário.
- (C) extraoficial.
- (D) especial.
- (E) extraorçamentário.



62. A aquisição dos vinte computadores, no Balanço Patrimonial, será classificada como
- (A) despesa de capital.
  - (B) ativo não circulante – imobilizado.
  - (C) ativo circulante – permanente.
  - (D) ativo não circulante – intangível.
  - (E) ativo circulante – bens móveis.
- 
63. No mês de janeiro de 2015, determinado ente da federação contabilizou receitas orçamentárias, no valor total de R\$ 22.350.000,00. Quanto ao impacto na situação líquida patrimonial, as receitas podem ser efetivas e não efetivas. São consideradas como efetivas e não efetivas, respectivamente, as receitas referentes a
- (A) multas de trânsito e imobiliárias.
  - (B) serviços e patrimoniais.
  - (C) tributárias e operações de crédito.
  - (D) aluguéis e impostos.
  - (E) juros ativos e transferências correntes.
- 
64. De acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – NBC TSP, o patrimônio público, sob o enfoque contábil, é estruturado em três grupos de contas. Considere as seguintes contas apresentadas no Balanço Patrimonial, levantado em 31/12/2014, de determinada entidade do setor público, para apurar o Patrimônio Líquido:

Contas contábeis	Valor em R\$
Caixa e Equivalente de Caixa .....	75.000,00
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais .....	30.000,00
Bens Móveis .....	165.000,00
Fornecedores e Contas a Pagar .....	60.000,00
Empréstimos e Financiamentos Concedidos.....	40.000,00
Obrigações Fiscais a Longo Prazo.....	20.000,00

O valor do Patrimônio Líquido é de, em reais,

- (A) 170.000,00
  - (B) 240.000,00
  - (C) 75.000,00
  - (D) 280.000,00
  - (E) 90.000,00
- 
65. Determinada autarquia hospitalar estadual adquiriu cinco ambulâncias novas, no valor total de R\$ 270.000,00, para transportes de pacientes. Sob o aspecto orçamentário, essa despesa é classificada no seguinte grupo de natureza de despesa:
- (A) Ativo imobilizado.
  - (B) Inversões financeiras.
  - (C) Ativo permanente.
  - (D) Despesas operacionais.
  - (E) Investimentos.



66. Acerca do processo de Planejamento-Orçamento, consubstanciado nos instrumentos: Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, considere:
- I. O Plano Plurianual, no âmbito estadual, é lei de iniciativa da Secretaria de Planejamento e Orçamento.
  - II. A Lei Orçamentária Anual deverá conter todas as receitas e despesas de todos os poderes, órgãos, entidades, fundos e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.
  - III. A Lei de Diretrizes Orçamentárias, entre outros, orientará a elaboração da Lei Orçamentária Anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.
  - IV. Na lei do Plano Plurianual, incluem-se as autorizações para abertura de créditos adicionais das despesas de capital e outras delas decorrentes.
  - V. Os orçamentos fiscal, da seguridade social e de investimento nas empresas estatais, no âmbito municipal, são de iniciativa da Câmara Municipal.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, III e IV.
- (B) I e IV.
- (C) II e III.
- (D) II, e V.
- (E) II, III e V.

---

**Atenção:** Para responder às questões de números 67 e 68, considere os estágios da despesa e as informações a seguir:

A Secretaria Estadual de Educação de determinado ente público contratou uma empresa para prestação de serviços de higienização e limpeza nas dependências da escola professor Cabral da Gama, no valor mensal de R\$ 40.000,00, pelo prazo de 12 meses: 01/10/2014 a 30/09/2015. Relativamente às referidas despesas, até 31/12/2014 foi empenhado o montante de R\$ 120.000,00 e pago o valor de R\$ 80.000,00.

67. Nos termos da Lei Federal nº 4.320/1964, o valor empenhado e não pago até 31/12/2014 classifica-se como
- (A) contas a pagar – dívida flutuante.
  - (B) credores – passivo circulante.
  - (C) dívida ativa – passivo não circulante.
  - (D) restos a pagar – dívida flutuante.
  - (E) devedores – passivo circulante.

---

68. O valor da despesa empenhada para o período de 01/01/2015 a 30/09/2015 totaliza, em reais:

- (A) 360.000,00
- (B) 400.000,00
- (C) 120.000,00
- (D) 40.000,00
- (E) 480.000,00



69. O Plano de Contas Aplicado ao Setor Público está estruturado em sete níveis de desdobramento. A conta "1.1.1.0.0.00.00 – Caixa e Equivalentes de Caixa" é classificada no 3º nível de desdobramento denominado
- (A) subtítulo.
  - (B) item.
  - (C) classe.
  - (D) subitem.
  - (E) subgrupo.

**Instruções:** Para responder às questões de números 70 a 73, considere a classificação e o respectivo valor das receitas orçamentárias recebidas por determinado ente da federação no exercício de 2014:

<b>Valores Recebidos</b>	<b>Valor em R\$</b>
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Estados.....	370,00
Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA .....	700,00
Alienação de Bens Imóveis .....	120,00
Retenção de Consignações na Folha de Pagamento Referente a Contribuições a Entidade de Classe .....	100,00
Taxas pela Prestação de Serviços .....	200,00
Remuneração de Depósitos Bancários.....	250,00
Cota-Parte do Imposto Sobre Produtos Industrializados – Estados Exportadores de Produtos Industrializados .....	150,00
Contribuição de Melhoria.....	300,00
Concessões e Permissões do Direito de Exploração de Serviços Públicos de Transporte .....	450,00
Caução Decorrente da Contratação de Empresa para Construção de um Hospital Público Estadual .....	80,00
Retenção de Consignações na Folha de Pagamento Referente a Contribuição Previdenciária .....	70,00
Multas e Juros de Mora do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA.....	130,00
Amortização de Empréstimos Concedidos .....	180,00

70. As receitas de transferências correntes totalizam, em reais:

- (A) 590,00
- (B) 520,00
- (C) 440,00
- (D) 600,00
- (E) 370,00

71. As receitas tributárias somam, em reais:

- (A) 1.200,00
- (B) 1.350,00
- (C) 1.330,00
- (D) 1.000,00
- (E) 830,00



72. A soma das receitas patrimoniais é de, em reais:

- (A) 820,00
  - (B) 780,00
  - (C) 700,00
  - (D) 450,00
  - (E) 880,00
- 

73. O montante das receitas orçamentárias correntes é de, em reais:

- (A) 3.100,00
  - (B) 2.300,00
  - (C) 2.850,00
  - (D) 2.950,00
  - (E) 2.550,00
- 

74. O Governador do Estado dos Coqueirais do Sul autorizou a contratação de mão de obra terceirizada, no valor de R\$ 150.000,00, destinada à substituição de servidores e empregados públicos. Estas despesas, nos termos da Lei Complementar nº 101/2000, são contabilizadas como

- (A) vencimentos e vantagens fixas.
  - (B) obrigações patronais.
  - (C) outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil.
  - (D) outras despesas de pessoal.
  - (E) locação de mão de obra.
- 

75. A dívida consolidada líquida de determinado Estado, ao final do exercício de 2014, era de R\$ 20.250.000,00, representando 49% da receita corrente líquida. Nos termos da Lei Complementar nº 101/2000, para fins de verificação do atendimento do limite, a apuração do montante da dívida consolidada será efetuada ao final de cada

- (A) bimestre.
  - (B) quadrimestre.
  - (C) exercício financeiro.
  - (D) trimestre.
  - (E) semestre.
-



76. A despesa bruta de pessoal do Poder Executivo de determinado Estado da federação, ao final do exercício, era de R\$ 22.750.000,00. Na apuração da despesa líquida de pessoal, ou, seja, na verificação dos limites, de acordo com a Lei Complementar nº 101/2000, **NÃO** serão computadas, entre outras, as despesas referentes a
- (A) horas extras.
  - (B) contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência.
  - (C) indenizações por demissão e incentivos à demissão voluntária.
  - (D) décimo terceiro salário.
  - (E) gratificações por ocupação de cargo de chefia.

**Instruções:** Para responder às questões de números 77 a 79, considere as seguintes informações:

- A Lei Orçamentária aprovada para o exercício de 2014 de determinado Estado brasileiro, previu receitas e fixou despesas, como segue:

Receitas Previstas	Valor R\$	Despesas Fixadas	Valor em R\$
Corrente	750,00	Corrente	700,00
Capital	250,00	Capital	300,00
<b>Total</b>	<b>1.000,00</b>	<b>Total</b>	<b>1.000,00</b>

- O saldo em espécie do disponível (caixa e bancos), em 31/12/2013, era de R\$ 2.500,00.
- Durante o exercício de 2014, a entidade realizou as seguintes transações de caráter orçamentário e extraorçamentário:

Transações Realizadas durante o exercício de 2014	Valor em R\$
Pagamento de Despesa com a Folha de Salário dos Servidores Ativos .....	300,00
Doação de 15 Computadores a Secretaria de Educação do Município de Cedro .....	250,00
Recebimento de Receita de Impostos e Taxas Diversas .....	650,00
Pagamento de Despesa com a Conta de Água, Luz e Telefone .....	150,00
Recebimento de Receita com Alienação de Bens Imóveis1.....	40,00
Recebimento de Dois Terrenos, por Doação .....	400,00
Pagamento de Despesas com Aquisição de 10 Mesas e 10 Cadeiras para Escritório .....	80,00
Recebimento de Receita de Multas e Juros Diversas .....	200,00
Pagamento de Despesa com Amortização da Dívida .....	170,00
Pagamento de Despesa de Serviços de Manutenção da Frota de Veículos .....	200,00
Recebimento de Receita de Aluguéis de Imóveis .....	100,00
Recebimento de Receita com Operações de Crédito de Longo Prazo.....	130,00
Abertura de Crédito Suplementar .....	150,00

77. O Balanço Orçamentário encerrado em 31/12/2014 apresentou

- (A) déficit da execução orçamentária de R\$ 100,00.
- (B) superávit da execução orçamentária de R\$ 320,00.
- (C) insuficiência de arrecadação de R\$ 100,00.
- (D) superávit da execução orçamentária de R\$ 220,00.
- (E) superávit da execução orçamentária de R\$ 300,00



78. Considerando as transações realizadas pela entidade durante o exercício de 2014 e a estrutura do Balanço Financeiro, o saldo em espécie do disponível (caixa e bancos), em 31/12/2014, é de, em reais:

- (A) 2.720,00
- (B) 1.850,00
- (C) 2.950,00
- (D) 2.180,00
- (E) 2.820,00

79. Com relação às variações patrimoniais, o resultado patrimonial apurado no exercício de 2014 foi, em reais:

- (A) 450,00
- (B) 300,00
- (C) 200,00
- (D) 150,00
- (E) 100,00

80. Em 31/12/2014, determinada entidade do setor público apresentou os seguintes saldos contábeis:

Conta	Título	Valor em R\$
1.1.5.6.0.00.00	Almoxarifado	350,00
2.1.1.3.0.00.00	Benefícios Assistenciais a Pagar	200,00
1.1.2.5.0.00.00	Dívida Ativa Tributária	400,00
3.1.1.1.0.00.00	Remuneração a Pessoal Ativo - Civil Abrangidos pelo RPPS	150,00
1.1.4.1.0.00.00	Títulos e Valores Mobiliários	130,00
4.4.5.2.0.00.00	Remuneração de Aplicações Financeiras	200,00
1.1.2.1.0.00.00	Créditos Tributários a Receber	170,00
1.2.3.1.0.00.00	Bens Móveis	130,00
4.5.2.3.0.00.00	Transferências Voluntárias	300,00
1.2.4.2.0.00.00	Marcas, Direitos e Patentes Industriais	150,00

Considerando a codificação e classificação das contas, nos termos do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, o valor do Ativo Circulante e das Variações Patrimoniais Aumentativas, respectivamente, soma, em reais,

- (A) 1.300,00 e 630,00
- (B) 650,00 e 200,00
- (C) 1.050,00 e 500,00
- (D) 900,00 e 500,00
- (E) 1.300,00 e 200,00